Asilo de S. José

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2016

Índice

Balanço 3

Demonstração dos Resultados por Naturezas 4

Demonstração dos Resultados por Funções 5

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais 6

Demonstração dos Fluxos de Caixa 7

Anexo 8

1. Identificação da Entidade 8
2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras 8
3. Políticas contabilisticas, alterações nas políticas contabilísticas e erros 8
4. Ativos fixos tangíveis 12
5. Investimentos financeiros 14
6. Inventários 15
7. Créditos a receber 15
8. Estado e outros Entes Públicos 15
9. Diferimentos 16
10. Caixa e depósitos bancários 16
11. Outros ativos correntes 16
12. Fundos patrimoniais 16
13. Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais 17
14. Fornecedores 17
15. Outros passivos correntes 17
16. Vendas e serviços prestados 18
17. Subsídios, doações e legados à exploração 18
18. Fornecimentos e serviços externos 18
19. Gastos com o pessoal 19
20. Outros rendimentos 19
21. Outros gastos 19
22. Resultados financeiros 19
23. Divulgações exigidas por outros diplomas legais 20
24. Acontecimentos após data de Balanço 20

Balanço

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 — Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas 31-12-2016	Datas 31-12-2015
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1.108.781,85	1.214.144,08
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros	5	6.234,94	5.302,82
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
Subtotal		1.115.016,79	1.219.446,90
Ativo corrente			
Inventários			
Créditos a receber	7	985,60	-
Estado e outros entes públicos	8	3.805,56	13.497,21
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Diferimentos	9	1.938,77	1.974,70
Outros ativos correntes	11	4.572,12	15.887,62
Caixa e depósitos bancários	10	2.257.857,57	2.137.228,09
Subtotal		2.269.159,62	2.168.587,62
Total do Ativo		**3.384.176,41**	**3.388.034,52**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12	172.662,12	172.662,12
Excedentes técnicos			
Reservas	12	294.097,97	294.097,97
Excedentes de revalorização			
Resultados transitados	12	1.828.407,71	1.847.733,61
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	13	731.419,33	875.970,03
Resultado líquido do período	12	62.506,16	(80.075,90)
Total dos fundos patrimoniais		**3.089.093,29**	**3.110.387,83**
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	14	20.753,54	29.412,38
Estado e outros entes públicos	8	19.963,96	17.266,81
Financiamentos obtidos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Diferimentos	9	1.252,00	1.202,00
Outros passivos correntes	15	253.113,62	229.765,50
Subtotal		295.083,12	277.646,69
Total do passivo		**295.083,12**	**277.646,69**
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**3.384.176,41**	**3.388.034,52**

O Contabilista Certificado

A Direção

Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS 2016	PERÍODOS 2015
Vendas e serviços prestados	16	568.691,06	562.185,18
Subsídios, doações e legados à exploração	17	519.940,57	568.145,89
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(83.212,29)	(89.159,92)
Fornecimentos e serviços externos	18	(340.694,24)	(371.979,97)
Gastos com o pessoal	19	(817.313,44)	(740.548,05)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)	11	(10.673,40)	-
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	20	286.386,47	61.203,46
Outros gastos	21	(4.549,01)	(5.628,88)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		118.575,72	(15.782,29)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(67.689,63)	(86.367,34)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		50.886,09	(102.149,63)
Juros e rendimentos similares obtidos	22	11.620,07	22.073,73
Juros e gastos similares suportados			
Resultados antes de impostos		62.506,16	(80.075,90)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		**62.506,16**	**(80.075,90)**

O Contabilista Certificado

A Direção

Demonstração dos Resultados por Funções

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	LAR	PERÍODOS 2016	PERÍODOS 2015
Vendas e serviços prestados	16	568.691,06	568.691,06	562.185,18
Custo das vendas e dos serviços prestados	6/19	(900.525,73)	(900.525,73)	(829.707,97)
Resultado bruto		(331.834,67)	(331.834,67)	(267.522,79)
Outros rendimentos	17/20/22	817.947,11	817.947,11	651.423,08
Gastos de distribuição				
Gastos administrativos	4/11/18	(410.809,72)	(410.809,72)	(448.616,05)
Gastos de investigação e desenvolvimento				
Outros gastos	4/21	(12.796,56)	(12.796,56)	(15.360,14)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		62.506,16	62.506,16	(80.075,90)
Gastos de financiamento (líquidos)		-	-	-
Resultados antes de impostos		62.506,16	62.506,16	(80.075,90)
Imposto sobre o rendimento do período				
Resultado líquido do período		**62.506,16**	**62.506,16**	**(80.075,90)**

O Contabilista Certificado A Direção

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DESCRIÇÃO		Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais
			Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	1		172.662,12	294.097,97	1.863.028,74	901.735,56	(15.295,13)	3.216.229,26	3.216.229,26
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adoção de novo refrencial contabilístico								-	-
Alterações de políticas contabilísticas								-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								-	-
Realização dos excedentes de revalorização								-	-
Excedentes de revalorização								-	-
Ajustamentos por impostos diferidos								-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		12			(15.295,13)	(25.765,53)	15.295,13	(25.765,53)	(25.765,53)
	2		-	-	(15.295,13)	(25.765,53)	15.295,13	(25.765,53)	(25.765,53)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	12					(80.075,90)	(80.075,90)	(80.075,90)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3						(64.780,77)	(105.841,43)	(105.841,43)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Fundos									
Subsídios, doações e legados									
Distribuições									
Outras operações									
	5		-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2015	6=1+2+3+5		172.662,12	294.097,97	1.847.733,61	875.970,03	(80.075,90)	3.110.387,83	3.110.387,83

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2016

Euros

DESCRIÇÃO		Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais
			Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	6		172.662,12	294.097,97	1.847.733,61	875.970,03	(80.075,90)	3.110.387,83	3.110.387,83
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adoção de novo refrencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Realização dos excedentes de revalorização									
Excedentes de revalorização									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		12/13			(19.325,90)	(144.550,70)	80.075,90	(83.800,70)	(83.800,70)
	7		-	-	(19.325,90)	(144.550,70)	80.075,90	(83.800,70)	(83.800,70)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	12					62.506,16	62.506,16	62.506,16
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8						142.582,06	(21.294,54)	(21.294,54)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Fundos									
Subsídios, doações e legados									
Distribuições									
Outras operações									
	10		-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	6+7+8+10		172.662,12	294.097,97	1.828.407,71	731.419,33	62.506,16	3.089.093,29	3.089.093,29

O Contabilista Certificado

A Direção

Demonstração dos Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS 2016	PERÍODOS 2015
Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		586.203,06	579.590,13
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(440.067,82)	(482.394,09)
Pagamentos ao pessoal		(796.266,07)	(732.657,82)
Caixa gerada pelas operações		(650.130,83)	(635.461,78)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		537.748,51	566.929,43
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(112.382,32)	(68.532,35)
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(37.217,12)	(90.909,40)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		232.734,49	
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		25.232,26	25.687,49
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		12.262,17	20.854,43
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		233.011,80	(44.367,48)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		**120.629,48**	**(112.899,83)**
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.137.228,09	2.250.127,92
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**2.257.857,57**	**2.137.228,09**

O Contabilista Certificado

A Direção

Asilo de S. José
Rua de Santa Teresa - S. Vicente - 4710-297 BRAGA
NIPC: 500 850 224

Anexo

1. Identificação da Entidade

1.1 – Designação da entidade: *ASILO S. JOSÉ*

1.2 – NIF: 500850224

1.3 – Sede social: Rua de Santa Teresa - S. Vicente - 4710-297 BRAGA

1.4 – Endereço eletrónico: asilosjose@sapo.pt

1.5 – Natureza da atividade: O Asilo de S. José, é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 275 de 28/11/1987, Série III. Tem como atividade principal:

- CAE 87301 - Apoio Social para Pessoas Idosas, com Alojamento

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 - As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido diploma, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

a) Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

b) Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;

c) Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;

d) NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e

e) Normas Interpretativas (NI).

2.2 - Não foram derrogadas quaisquer disposições do ESNL que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3 - As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2016 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

3.1. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

a) - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" (Notas 11 e 15) e "*Diferimentos*" (Nota 9)

Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgava, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

f) A natureza da reclassificação;
g) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
h) Razão para a reclassificação.

b) - Outras políticas Contabilísticas:

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" (Notas 11 e 15) e "*Diferimentos*" (Nota 9)

Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgava, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

f) A natureza da reclassificação;
g) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
h) Razão para a reclassificação.

b) - Outras políticas Contabilísticas:

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da

forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.
Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ou pelo Valor Patrimonial Tributário.
As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.
Os ativos fixos tangíveis são depreciados em quota anual durante as vidas úteis estimadas:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	5 e 6
Outros ativos fixos tangíveis	4 e 6

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "*Outros rendimentos*" ou "*Outros gastos*".

Inventários
Os inventários são registados ao custo de aquisição.

Instrumentos financeiros
Os ativos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Clientes/utentes e outros créditos
Os "*Clientes/utentes*" e "*Outros créditos*" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "*Perdas por Imparidade*" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.
Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Caixa e depósitos bancários
A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" incluí caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar
As dívidas registadas em "*Fornecedores*" e "*Outras dívidas a pagar*" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.
Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Estado e outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), as *instituições particulares de solidariedade social,* estão isentas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Benefício dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.
De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.
Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

Subsídios do Estado

Os subsídios apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.
Os subsídios atribuídos a fundo perdidos para o financiamento de ativos fixos tangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos fundos patrimoniais". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.
Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa e depósitos à ordem.
A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes e utentes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.
Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

c) - Principais pressupostos relativos ao futuro

Gestão de risco financeiro

• Risco de Liquidez:

A gestão do risco de liquidez tem por objetivo garantir que, a todo o momento, a instituição mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis:

(i). Cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento, e

(ii). Garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus objetivos e estratégia.

As demonstrações financeiras estão elaboradas pressupondo a continuidade da Instituição.

d) - Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alterações nas estimativas.

3.4 – Correção de erros de períodos anteriores:

No exercício de 2015, por lapso, foi contabilizado na conta 78711 – Propriedades de Investimento, o valor de 60.750,00, pela alienação de um edifício, quando deveria ser na conta 5941 – Propriedades de investimento.

Foi efetuada a devida correção em 2016, conforme (Nota 12)

4. Ativos fixos tangíveis

Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2015

Descrição	Saldo em 01-jan-2015	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Transferências	Revalorizações	Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo em 31-dez-2015
Custo							
Edifícios e outras construções	1.206.184,54	-	-	-	-	-	1.206.184,54
Equipamento básico	522.069,97	71.228,26	-	-	-	-	593.298,23
Equipamento de transporte	38.306,02	-	-	-	-	-	38.306,02
Equipamento administrativo	78.898,41	861,00	-	-	-	-	79.759,41
Ativos fixos tangíveis em curso		-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	21.442,41	-	-	-	-	-	21.442,41
Total	**1.866.901,35**	**72.089,26**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.938.990,61**
Depreciações acumuladas							
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-		-
Edifícios e outras construções	671.770,93	16.550,51	-	-	-		688.321,44
Equipamento básico	409.317,10	54.728,27	-	-	-		464.045,37
Equipamento de transporte	34.746,02	3.560,00	-	-	-		38.306,02
Equipamento administrativo	77.017,93	892,82	-	-	-		77.910,75
Outros ativos fixos tangíveis	19.947,05	904,48	-	-	-		20.851,53
Total	**1.212.799,03**	**76.636,08**	**-**	**-**	**-**		**1.289.435,11**
						Quantia escriturada	**649.555,50**

31 de dezembro de 2016

Descrição	Saldo em 01-jan-2016	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Transferências	Revalorizações	Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo em 31-dez-2016
Custo							
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.206.184,54	-	-	-	-	-	1.206.184,54
Equipamento básico	593.298,23	25.337,00	-	-	-	-	618.635,23
Equipamento de transporte	38.306,02	-	-	-	-	-	38.306,02
Equipamento administrativo	79.759,41	4.744,89	-	-	-	-	84.504,30
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	21.442,41	-	-	-	-	-	21.442,41
Total	**1.938.990,61**	**30.081,89**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.969.072,50**
Depreciações acumuladas							
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-		-
Edifícios e outras construções	688.321,44	16.550,51	-	-	-		704.871,95
Equipamento básico	464.045,37	40.958,16	-	-	-		505.003,53
Equipamento de transporte	38.306,02	-	-	-	-		38.306,02
Equipamento administrativo	77.910,75	1.342,53	-	-	-		79.253,28
Outros ativos fixos tangíveis	20.851,53	590,88	-	-	-		21.442,41
Total	**1.289.435,11**	**59.442,08**	**-**	**-**	**-**		**1.348.877,19**
						Quantia escriturada	**620.195,31**

Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, foram doações efetuadas à instituição e, registados na contabilidade, com base no valor patrimonial, inscrito na Autoridade Tributária.

Os fins são a obtenção de rendas e valorização do património, e não para uso ou fins administrativos.

Os custos suportados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedade são reconhecidos como gasto no período a que se referem.

Durante os períodos de 2016 e 2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, foi o seguinte:

31 de dezembro de 2015

Descrição	Saldo em 01-jan-2015	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-dez-2015
Custo						
Terrenos	182.842,85	-	-	-	-	182.842,85
Edifícios e outras construções	548.528,39	-	-	-	-	548.528,39
Total	**731.371,24**	**-**	**-**	**-**	**-**	**731.371,24**
Depreciações acumuladas						
Terrenos	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	157.051,40	9.731,26	-	-	-	166.782,66
Total	**157.051,40**	**9.731,26**	**-**	**-**	**-**	**166.782,66**
					Quantia escriturada	**564.588,58**

31 de dezembro de 2016

Descrição	Saldo em 01-jan-2015	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-dez-2015
Custo						
Terrenos	182.842,85	-	24.728,13	-	-	158.114,72
Edifícios e outras construções	548.528,39	-	74.184,27	-	-	474.344,12
Total	**731.371,24**	**-**	**98.912,40**	**-**	**-**	**632.458,84**
Depreciações acumuladas						
Terrenos	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	166.782,66	8.247,55	31.157,91	-	-	143.872,30
Total	**166.782,66**	**8.247,55**	**31.157,91**	**-**	**-**	**143.872,30**
					Quantia escriturada	**488.586,54**

O valor dos terrenos escriturados, correspondem a 25% do valor total das propriedades de investimento

42	PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	Valor Patrimonial - Inscrito na AT	
422	*Edifícios e outras construções*		
U-762-	Rua da Boavista, 268 - 4000-234 BRAGA	*	14.280,00
U-765-	Rua da Boavista, 270 - 4000-234 BRAGA	*	14.280,00
U-768-	Rua da Boavista, 272 - 4000-234 BRAGA	*	10.390,00
U-206-	Lugar de Fontaínhas - 4700-183 BRAGA	1978	1.822,37
U-208-	Lugar de Tomada - 4700-183 BRAGA	1978	11.876,67
U-596-	Estrada - 4700-018 SÃO PAIO MERELIM	1978	2.810,00
U-599-	Estrada - 4700-018 SÃO PAIO MERELIM	1978	8.393,33
U-353-	S. Bráz do Carmo - 4700-100 SÃO PEDRO MERELIM	1978	18.770,00
U-648-	Lugar de Monte da Forca, 1 - 4700-760 PANOIAS BRG	1998	8.790,00
U-651-	Lugar de Monte da Forca, 2 - 4700-760 PANOIAS BRG	1998	8.386,67
U-654-	Lugar de Monte da Forca, 3 - 4700-760 PANOIAS BRG	1998	6.370,00
U-657-	Lugar de Monte da Forca, 4 - 4700-760 PANOIAS BRG	1998	6.192,50
U-660-	Lugar de Monte da Forca, 5 - 4700-760 PANOIAS BRG	1998	8.560,00
U-2150-X	Praceta das Amoreiras, 73 - S. Vicente - 4700-358 BRAGA	2004	95.262,54
U-61-G	Av.ª da Liberdade, 478 - 4700-034 BRAGA	2005	94.952,20
U-33-	Lugar de Cortinhal - 4710-670 NAVARRA	2005	11.837,16
U-34-	Lugar de Cortinhal - 4710-670 NAVARRA	2005	27.062,17
U-36-	Lugar de Esqueiadora - 4710-670 NAVARRA	2005	10.521,92
R--397-	Lugar de Cortinhal	2005	1.513,33
R--563-	Lugar da Poça	2005	296,67
R--564-	Lugar da Poça	2005	146,67
U-3119-D	Rua D. Pedro V, 85 - 4700-319 BRAGA	2006	64.024,64
U-53-	Rua Santo André, 37 - 4700-001 BRAGA	2013	54.370,00
U-1076-	Lugar de Labirinto - 4700-319 BRAGA	2013	99.400,00
U-770-F	Rua 25 de Abril, 426 - 4710-914 BRAGA	2013	52.150,00
Total Propriedades investimentos - Edifícios			**632.458,84**

* Anteriores a 1989 - Antes da entrada do PCIPSS

5. Investimentos financeiros

Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

Os saldos dos investimentos em Entidades participadas e associadas, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, apresentavam-se da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 01-jan-2016	Aumentos	Diminuições	Justo Valor	Saldo em 31-dez-2016
Obrigações e títulos de participação	4.453,39	-	-	-	4.453,39
Fundo de Compensação	849,43	955,71	23,59	-	1.781,55
Total	**5.302,82**	**955,71**	**23,59**	**-**	**6.234,94**

Nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, e da Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de setembro, a Entidade é obrigada a efetuar, para os fundos de compensação, entregas de 1%, para os fundos de compensação, sobre as remunerações base e diuturnidades dos trabalhadores contratados após 1 de outubro de 2013.

6. Inventários

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "*Inventários*" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-jan-2015	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-dez-2015	CMVMC em 2015
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	89.159,92	-	-	89.159,92
Total	**-**	**89.159,92**	**-**	**-**	**89.159,92**

Descrição	Inventário em 01-jan-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-dez-2016	CMVMC em 2016
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	83.212,29	-	-	83.212,29

De referir que os valores da rubrica "*Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*" desdobram-se da seguinte forma:

- Matérias-primas: 79.027,21€;
- Subsidiárias e de consumo: 4.185,08

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição e foram consumidas na sua totalidade.

7. Créditos a receber

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "*Créditos a receber*" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Clientes e Utentes c/c	**985,60**	**-**
Clientes		
Utentes	985,60	-
Total	**985,60**	**-**

Descrição	Até 6 meses
Clientes c/c	-
Utentes c/c	985,60
Total	**985,60**

8. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de "*Estado e outros Entes Públicos*" está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3.805,56	13.497,21
Total	**3.805,56**	**13.497,21**
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	3.811,67	3.334,35
Segurança Social	15.769,52	13.784,37
Outros Impostos e Taxas		
Fundos Compensação	382,77	148,09
Total	**19.963,96**	**17.266,81**

9. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "*Diferimentos*" englobava os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Gastos a reconhecer		
Seguros	1.938,77	1.974,70
Total	**1.938,77**	**1.974,70**
Rendimentos a reconhecer		
Rendas	1.252,00	1.202,00
Total	**1.252,00**	**1.202,00**

10. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "*Caixa e Depósitos Bancários*", a 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Caixa	1.842,43	1.299,95
Depósitos à ordem	139.843,28	123.009,85
Depósitos a prazo	2.116.171,86	2.012.918,29
Total	**2.257.857,57**	**2.137.228,09**

11. Outros ativos correntes

A rubrica "*Outros ativos correntes*" tinha, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Adiantamentos ao pessoal	10.673,40	10.673,40
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Juros a Receber	3.970,98	4.613,08
Outros devedores:		
EDP. c/ Caução	601,14	601,14
Perdas por Imparidade	(10.673,40)	-
Total	**4.572,12**	**15.887,62**

Nos períodos de 2016 e 2015 foram registadas as seguintes "*Perdas por Imparidade*":

Descrição	2016	2015
Pessoal		
Saldo a 1 de janeiro	-	-
Aumento	10.673,40	-
Reversão		
Total	10.673,40	-
Perdas por Imparidade Acumuladas	**10.673,40**	-

12. Fundos patrimoniais

Nos "*Fundos Patrimoniais*" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2016
Fundos	172.662,12			172.662,12
Excedentes técnicos				-
Reservas	294.097,97			294.097,97
Excedentes de revalorização				-
Resultados transitados	1.847.733,61	60.750,00	80.075,90	1.828.407,71
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	875.970,03	31.157,91	175.708,61	731.419,33
Resultado líquido do período	(80.075,90)	62.506,16	(80.075,90)	62.506,16
Total	**3.110.387,83**	**154.414,07**	**175.708,61**	**3.089.093,29**

Nota:
Resultados transitados:
- Aumento de 60.750,00, pela regularização da contabilização indevida em 2015, na conta 78711, quando deveria ser na conta 5941
- Diminuição de 80.075,90, pela transferência do resultado líquido negativo de 2015.

Outras variações nos fundos patrimoniais
- Aumento de 31.157,91, pela anulação das depreciações acumuladas das propriedades de investimento alienadas.
- Diminuições de 175.708,61:
  60.750,00, pela regularização da contabilização indevida em 2015, na conta 78711, quando deveria ser na conta 5941
  98.912,40, pelo desreconhecimento das propriedades de investimento alienadas.
  16.046,21 de imputação de subsídios para investimentos

Resultado líquido do exercício:
- Aumento de 62.506,16, do resultado positivo de 2016
- Diminuição de 80.075,90, pela transferência do resultado negativo do exercício de 2015, para Resultados Transitados.

13. Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais

Saldos desta rubrica, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, apresentavam-se como segue:

Descrição	Saldo em 01-jan-2016	Aumentos	Diminuições	Ajustamentos	Saldo em 31-dez-2016
Subsídios ao investimento	**250.631,45**	-	**7.798,66**	-	**242.832,79**
PIDDAC					-
Remodelação ala poente	62.064,16		2.140,14		59.924,02
Obra armazém e lavandaria	28.667,87		955,60		27.712,27
Remodelação ala noroeste	112.413,80		3.306,29		109.107,51
OUTROS					-
Fundo Socorro Social/Obras	47.485,62		1.396,63		46.088,99
Doações	**625.338,58**	**31.157,91**	**167.909,95**	-	**488.586,54**
Propriedades de investimento – Edifícios	625.338,58	31.157,91	167.909,95		488.586,54
Total	**875.970,03**	**31.157,91**	**175.708,61**	-	**731.419,33**

14. Fornecedores

O saldo da rubrica de "*Fornecedores*" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Fornecedores c/c	20.753,54	29.412,38
Total	**20.753,54**	**29.412,38**

Descrição	0-30 dias
Fornecedores c/c	20.753,54
Fornecedores outros	-
Total	**20.753,54**

15. Outros passivos correntes

A rubrica de "*Outros passivos correntes*" é discriminada da seguinte forma:

Fornecedores de investimentos	2.078,70	4.622,34
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a pagar ao pessoal	111.814,32	98.209,54
Outros acréscimos de gastos	6.596,50	6.706,18
Adiantamento de utentes	750,00	
Outros credores		
Utentes c/ gestão da instituição	131.874,10	120.227,44
Total	**253.113,62**	**229.765,50**

16. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a *"Vendas"* e *"Serviços Prestados:"*

Serviços prestados:

Descrição	2016	2015
Quotas dos utilizadores		
Lar de idosos	568.691,06	562.185,18
Total	**568.691,06**	**562.185,18**

17. Subsídios, doações e legados à exploração

Em 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de *"Subsídios, doações e legados à exploração"*:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e outros entes públicos	462.318,93	458.549,85
Doações e heranças	57.621,64	109.596,04
Total	**519.940,57**	**568.145,89**

Descrição	2016	2015
Instituto Segurança Social, IP	462.318,93	458.549,85
Doações e heranças (Donativos)	57.621,64	109.596,04
Total	**519.940,57**	**568.145,89**

18. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos *"Fornecimentos e serviços externos"* nos períodos de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Serviços especializados	173.979,49	198.526,03
Trabalhos especializados	18.157,48	17.044,02
Publicidade e propaganda	0,00	400,25
Vigilância e segurança	1.525,82	418,20
Honorários	29.451,42	27.825,67
Conservação e reparação	124.378,93	152.474,10
Outros	465,84	363,79
Materiais	4.403,79	4.409,14
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.678,67	1.535,57
Material de escritório	2.593,88	2.712,07
Outros	131,24	161,50
Energia e fluidos	65.877,80	74.256,42
Eletricidade	30.425,54	33.401,79
Combustíveis	30.709,85	32.582,65
Água	4.742,41	8.271,98
Deslocações, estadas e transportes	2.240,35	1.732,85
Deslocações e estadas	2.240,35	1.732,85
Serviços diversos	94.192,81	93.055,53
Comunicação	6.432,00	4.758,55
Seguros	3.517,29	3.627,92
Contencioso e notariado	30,20	26,80
Limpeza, higiene e conforto	23.441,92	23.136,97
Outros serviços	*60.771,40*	*61.505,29*
Encargos de saúde com utentes	58.850,16	59.894,20
Rouparia	842,89	0,00
Outros	1.078,35	1.611,09
Total	**340.694,24**	**371.979,97**

19. Gastos com o pessoal

O número de membros dos órgãos sociais, direção, assembleia geral e conselho fiscal, nos períodos de 2016 e 2015, foram de 11.

Os órgãos sociais da Entidade, não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2016 foi de "66" e em 2015 foi de "64".
Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações do pessoal	667.963,33	604.124,50
Encargos sobre Remunerações	143.567,56	127.970,85
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profi.	5.040,83	4.838,13
Outros gastos com Pessoal	741,72	3.614,57
Total	**817.313,44**	**740.548,05**

20. Outros rendimentos

A rubrica de "*Outros rendimentos*" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos suplementares	9.246,66	6.597,55
Descontos de pronto pagamento obtidos	788,94	540,98
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	257.669,66	26.529,26
Outros	18.681,21	27.535,67
Correções relativas a períodos anteriores	-	-
Imputação de subsídios para investimentos	16.046,21	25.765,53
Restituição de impostos	1.541,78	-
Outros não especificados	1.093,22	1.770,14
Total	**286.386,47**	**61.203,46**

21. Outros gastos

A rubrica de "*Outros gastos*" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	2.136,53	2.699,87
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	1.972,48	2.154,81
Outros	440,00	774,20
Correções relativas a períodos anteriores	380,00	-
Quotizações	60,00	774,20
Total	**4.549,01**	**5.628,88**

22. Resultados financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Total	-	-
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	11.620,07	22.073,73
Total	**11.620,07**	**22.073,73**
Resultados financeiros	**11.620,07**	**22.073,73**

23. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210 º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

24. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 15 de março de 2017.

O Contabilista Certificado

A Direção

Manuel Joaquim de Lima Fernandes

António Manuel Figueira dos Santos